

# AFONSOS E O PENSAMENTO CASTRENSE

Tarso Magnus da Cunha Frota  
Maj Brig Ar

O Campo dos Afonsos é o ninho da Aviação Brasileira. Lá se iniciaram as primeiras atividades aéreas sob o respaldo do Exército Brasileiro que, a exemplo das nações envolvidas na I Grande Guerra, julgou quanto da necessidade em ativar a nova Arma Aérea revelada de vital importância no desenrolar das táticas e estratégias das Forças envolvidas na conflagração.

Realmente a escolha não poderia ter sido melhor, dada a invejável posição geográfica da Fazenda dos Afonsos que, à época, era isolada da área urbana com pastagens facilmente transformáveis em pistas de pouso, condições que fizeram dos Afonsos o “grande ninho” das iniciações aéreas na vida nacional.

Crescendo em termos de aquartelamento, com a construção de hangares para os serviços de manutenção e abrigo das aeronaves, a tradição Aeronáutica foi se firmando na formação dos nossos pioneiros, caracterizando o “espírito aviatório” que perdura até os dias de hoje, dando aos Afonsos a moldura de centro pioneiro das Asas no Brasil.

Nós, soldados aviadores, fomos criados sob a égide da “missão cumprida”, e independentemente das circunstâncias, adversas ou não, somos conscientes que todas as determinações no campo da atividade castrense têm um cunho altamente relevante.

Encimado por essa afirmação e na pauta de se manter acesa a chama do patriotismo, há de se comentar que determinados comportamentos emanados de responsáveis pela condução da vida nacional, são muitas vezes, motivos de preocupação. Foram muitos os jovens que assentaram nas plagas do “lendário e tradicional Campo dos Afonsos, berço da aviação militar brasileira”, onde, mercê do aprimoramento na técnica de voar, receberam, também, o legado de manter a PÁTRIA INCÓLUME não só nos limites das suas fronteiras, arduamente desenhadas, mas, também, dentro dos parâmetros da moralidade pública.

O Campo dos Afonsos, para orgulho dos aeronautas, é o caldeamento que integrou o homem e o avião.

Podemos dizer que neste AMBIENTE NOSTÁLGICO a Força Aérea Brasileira iniciou a formação dos seus Aviadores, que lá aportaram cheios de sonhos, trazendo n’alma o mais belo de todos os ideais: VOAR!

Com uma visão desenvolvimentista o Governo brasileiro criou o Ministério da Aeronáutica em 1941, congregando Aviação Militar e Naval, dando à Escola de Aeronáutica nos Afonsos a missão de formação dos Aviadores Militares.

Considerando as assertivas acima como um exórdio aos comentários que julgamos pertinentes nas presentes avaliações, vamos mais uma vez fazer justiça aos antigos docentes da Escola de Aeronáutica, onde, na pauta da formação dos Cadetes de então, mestres como Ayrton Lobo, Maurílio Cunha, Liberato Bitencourt e todo o Corpo de Oficiais e Instrutores de Vôo, que fizeram chegar aos jovens cadetes uma dimensão do pensamento Castrense. A concepção de velhos comandantes como Fontenelle e dos mestres da antiga Escola merece uma avaliação mais acurada visto que, no roldão da História Militar Pátria, as atuações dos fardados no Império e República merecem estudo analítico específico, frente os aspectos políticos e ideológicos que envolveram a vida brasileira.

Torna-se interessante ressaltar que o ínclito historiador e professor Leonardo Trevisan, em sua obra o “Pensamento Militar Brasileiro” (Global- 2ª Edição -1987) afirma que as “idéias dos militares foram muito importantes para a História contemporânea brasileira”. Na pauta da posição de Trevisan passamos a entender a dinâmica evolutiva da nação, considerando-se o Império como início deste desdobramento.

A chegada da Família Real em 1808 passou a ser um marco importante na novel Monarquia abaixo do Equador, em pleno tropicalismo, como relatam historiadores, adiantando que a monarquia tinha no seu cerne o sangue de tradicionalíssimas famílias da nobreza europeia, outorgando ao nosso torrão o pomposo nome de “O REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVES”.

Ousamos, assim, afirmar, que o pensamento militar aportou ao novo mundo, visto que as fronteiras exaustivamente conquistadas pelo mundo lusitano tornaram-se reféns dos fardados de então, sempre envolvidos nas escaramuças com os castelhanos que, vez por outra, bafejavam maiores limites nas suas posses ao longo dos pampas, nos talvegues que nos separavam do norte ao sul e nos contrafortes andinos.

Faz-se mister trazer essa assertiva visto que, com a Monarquia, arribaram para o Rio de Janeiro as mais tradicionais organizações lusitanas, como a famosa Escola de Sagres, aqui aportando com a designação de Academia Real dos Guarda-Marinhas, famoso centro responsável pelas grandes navegações, juntamente com outras unidades militares para guarda e proteção da Casa Real. Há de se destacar neste contexto a vinda de eméritos professores e mestres em múltiplas atividades curriculares, fato este que ensejou a formação dos nossos náutas em Villegagnon, nunca esquecendo a Academia Real Militar, no Largo de São Francisco, onde matemáticos, físicos e outros homens do saber deram início à formação de Oficiais

para as tropas e os primeiros Engenheiros do novo Império. O espírito desenvolvimentista do Imperador, criando a Academia Real Militar, ensejou com este ato a primeira Escola de Ensino Superior no Brasil. A preocupação da Corte seria a formação de militares em condições de manter as Fortificações que se distribuíam pelas fronteiras e defendiam a integração da nova nação.

Como sói acontecer com as nações politicamente organizadas, a história assegura que nenhum país pode prescindir de Forças Armadas bem treinadas e com quadros de elevado nível profissional, visto que nos homens de farda não existem só armas e navios, mas soldados intelectualizados preocupados com a vida da nação.

Podemos afirmar que o Brasil deixando de ser colônia e tendo ao lado hispânicos não muito pacifistas, o Exército e a Marinha ocuparam os espaços importantes de garantia à desenvoltura da Monarquia, no campo interno e nas relações com nossos irrequietos vizinhos. O Império sentia que os soldados eram imprescindíveis, não só nas faixas de fronteiras ainda muito discutidas, mas na manutenção da ordem e a própria integração territorial, vez por outra maculada por anseios regionais, como o Movimento Farroupilha e a Confederação do Equador que, para gáudio da monarquia, foram resolvidos nas dimensões dos interesses da nação.

Dom João VI retornou à terra Lusa após quinze anos, atendendo motivos monárquicos e políticos, entregando o Reino ao seu filho Dom Pedro, na posição de Príncipe Regente.

Não tardou muito e o jovem Príncipe cerceado por múltiplos fatores aderiu à causa da Independência, ensejando com sua atitude uma nova dimensão política no país. Em consequência, a monarquia deu início à organização política e administrativa que se fazia imperiosa à pátria jacente.

Assim, com a promulgação da primeira Constituição, iniciaram-se as atividades da nação, respaldada pela Carta Magna, no contexto dos povos Americanos.

A vida militar passou a ter seus contornos e, sempre souo muito claro, que a exemplo das Casas Reais do Velho Mundo, a Marinha de Guerra mostrava suas tradições, era mais aristocrática e gozava dos favores da coroa. O novel exército, sob a ótica política dominante, buscava sua afirmação como tropa regular, sem grandes respaldos dos monarquistas de então. Os descendentes das famílias de maior posse já contavam com postos hierárquicos permanentes na Guarda Nacional, criada com a finalidade precípua de manter uma tradição já arraigada de prestigiar fazendeiros, cafeeiros e grandes proprietários, nos postos de coronéis, majores, capitães e tenentes, como estatuiu a Lei de Criação da Guarda Nacional, sancionada em 1831. Nesse compasso, pessoas gradas engalanavam-se com “títulos militares”, sem o respaldo das qualificações indispensáveis à atividade militar. Torna-se imperioso comentar, o que era público e notório nos cadernos da imprensa, que o Senado Imperial, na pessoa de José de Alencar, não concordava com gastos militares para compra de armamento, alegando que não “havia clima de confrontação” que justificasse despesas com material bélico no contexto da nação.

Não demorou muito e a monarquia sentiu-se obrigada a dar resposta ao Ditador Lopez do Paraguai, que desencadeou um ataque às fronteiras brasileiras, fato que motivou uma resposta da tropa que, apesar da falta de armamento e equipamento, mostrou-se digna, combativa, cobrindo-se de glórias em vários eventos da Guerra conhecida como da Tríplice Aliança. As lutas no Paraguai dimensionaram o Exército Imperial, que voltou melhor estruturado, orgulhoso das vitórias na campanha, consagrando o soldado brasileiro, que mostrou uma invulgar capacidade militar, onde surgiram os primeiros heróis como Caxias, Osório, Sampaio, Tamandaré, Greenhald, Marcilio Dias e muitos outros.

Após o embate nos campos do Paraguai, os militares retornaram com uma preocupação: o emprego de tropa no campo da estratégia e planejamentos no nível de Estado Maior. O engajamento do Conde d’Eu, esposo da Princesa Isabel, nas lutas com Solano Lopez, substituindo Caxias no final das operações na conquista de Assunção, causou mal estar no seio da oficialidade, que o considerava petulante, portador de um sotaque com forte acento gálico, que o distanciava da tropa. Visconde de Taunay, historiador e comentarista do embate Paraguaio, relatava nos seus cadernos que o Príncipe Consorte não atendia às condições indispensáveis a um oficial de Estado Maior. A formação dos nossos oficiais ficava circunscrita às heranças de Sagres e o Exército mantinha os seus cadetes do Largo de São Francisco, como já referido nos presentes comentários. Todavia, não há como esquecer a Escola Militar de Rio Pardo, que posteriormente se transferiu para Porto Alegre, ambas no Rio Grande do Sul, que de 1848 até 1911 foram centros de preparação na região sulina, graduando os antigos Alferes, posto inicial da carreira das armas. É interessante adiantar que muitos dos formandos da Escola Sulina lutaram no Paraguai e ascenderam a elevados postos na vida militar.

O livro “Santa Catarina no Exército” de autoria do Almirante Henrique Boiteaux (vol I,pg141,Ed. Bedeschi, 1942), relata comportamentos de militares no correr das lutas no Império, buscando caracterizar o espírito do soldado brasileiro face às “realidades” que cercavam a Monarquia. Nesse passo vamos encontrar em Boiteaux uma interessante avaliação das contingências militares Imperiais, que falam por si só: o

“descaso que tiveram os homens do Governo pelo aparelhamento das nossas forças armadas, tornou-se patente em todos os tempos” (pg 350). Como se vê, o soldado relativamente acuado nas suas atividades passou a viver outras preocupações, fato este que acendeu manifestações na Escola Militar da Praia Vermelha, centro de excelência na formação de oficiais, onde, o Coronel Professor Benjamin Constant, conhecido como um ardoroso seguidor das idéias positivistas de Augusto Comte, alardeava suas convicções Republicanas no seio dos jovens Cadetes. Recorrendo às notas de Trevisan, que na sua obra (já referida, pg 8), afirmava “...que dos quartéis não saem apenas fuzis, canhões etc... saem, também, idéias que têm inegável importância na vida da nação”.

Observa-se que o Positivismo capitaneado por Benjamin Constant, passou a ser o “mote” da propaganda Republicana, no ponto mais sensível da formação militar: a Escola Militar. Outro ponto que Trevisan insiste em suas avaliações é que, após a Guerra do Paraguai, os militares sentiam-se mal pagos, recebiam os vencimentos atrasados, condicionantes estas que de muito facilitaram a adesão aos cantos positivistas. Os homens de farda não se consideravam corruptos e, traziam no seio, um aferrado patriotismo, publicamente testado nos campos de batalha.

As idéias de Comte passaram a ser um ingrediente de cunho cultural que se identificava com a Consciência Republicana em alta ebulição. O Brasil monárquico era reconhecido como o berço do bacharelismo, caracterizado por uma abundante cultura jurídica, consentimento este típico da nossa latinidade, onde o intelectual se afogava nas dimensões filosóficas dos clássicos grego-romanos. A Escola Filosófica da Faculdade de Direito do Recife florescia na monarquia com o seu Culturalismo, pautado em Tobias Barreto, Silvio Romero e outros, cativando os jovens bacharéis, que não só faziam restrições ao soldado de carreira, mas entendiam que o militar não era ligado ao HUMANISMO. Essas posições acirraram a pregação de Augusto Comte, e os fardados ressentidos com a monarquia abraçaram definitivamente a bandeira Republicana. Sob a égide desse compasso a República nasceu a 15 de Novembro de 1889, proclamada por Deodoro da Fonseca, concretizando definitivamente o sonho de soldados monárquicos e os dos culturalistas, que seguiam as posições do liberalismo de Ruy Barbosa e Rousseau.

Flui claro na obra de Boiteux, prementes histórico de militares Catarinenses com bons serviços prestados à nação, onde, pinçamos o nome do General Julio Anacleto Falcão da Frota, soldado que se cobriu de glórias nos embates da Tríplice Aliança como engenheiro militar, planejando e construindo obras nas áreas sensíveis dos embates, com realizações em pontes, redutos, entrincheiramentos e fortificações que de muito facilitaram o emprego da tropa. O importante na vida deste militar, razão do presente comentário, é que Falcão da Frota recebeu o maior prêmio de um soldado: foi o primeiro Coronel de carreira a receber os bordados de General na nova República.

Ao lado dos seus merecidos galões, honrou-se, também, com outro acontecimento: a sua designação para governador do Rio Grande do Sul, prova inequívoca da confiança do Governo constituído ao heróico engenheiro de sapadores. Relembrando nossa formação como Cadete do Ar na sempre lembrada e saudosa Escola de Aeronáutica nos Afonsos recordamos as aulas de Ayrton Lobo, mestre erudito e fluente que nas suas exposições, além de uma extraordinária retórica, inebriava pela sua verve de jurista, publicista e historiador, nas desenvolturas da cátedra que ministrava. As considerações deste “Velho Coronel Professor” ecoaram na nossa intelectualidade, levando-nos a buscar nas ciências humanas e sociais uma melhor diretriz para conviver com as realidades que buscávamos entender. O presente comentário nos conduz ainda a Liberato Bitencourt, gênio matemático, que no correr das aulas de Descritiva confessava-se Positivista e, vez por outra soltava o seu “bordão”:

“A República é prescrita pela política científica e pela moral”.

A nova República nasceu e o militar passou a sentir a responsabilidade de fazer parte da uma grande nação, escorada na realidade do espírito de Rousseau:

Igualdade, Liberdade e Fraternidade

Todavia, a realidade republicana começou a apresentar dificuldades na sua desenvoltura, preocupando os “sonhadores republicanos”.

Sombreada por estas avaliações, há de se afirmar que os governos eleitos no início do século XX envolveram-se em atividades “conhecidas como questionáveis”, alertando os jovens militares nos postos iniciais da carreira que, inconformados com a condução da vida nacional, passaram a clamar por melhorias e mais seriedade na condução da novíssima casa Republicana. Começa a surgir no meio militar o recrudescimento de insatisfações quanto à honestidade e a moralidade das autoridades constituídas. E a história, sempre presente nas suas avaliações, encontrou uma terminologia própria para estas “inquietações no seio militar”, conhecidas na vida política como: Tenentismo, Coluna Prestes e os Dezoito do Forte.

Estes movimentos evidenciaram as preocupações do soldado republicano e fogem da essência do presente trabalho, merecendo na espécie um estudo específico, distante dos propósitos deste comentarista,

que buscou, tão só, a essência e o espírito do Soldado Imperial, magnetizado que foi pelos anseios Republicanos.

Como ementa da gênese do presente estudo segue o concretismo das nossas intenções:

*O SOLDADO IMPERIAL FOI O MENTOR DA VIDA REPUBLICANA!*